

40
anos
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmart Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Brasil no mundo

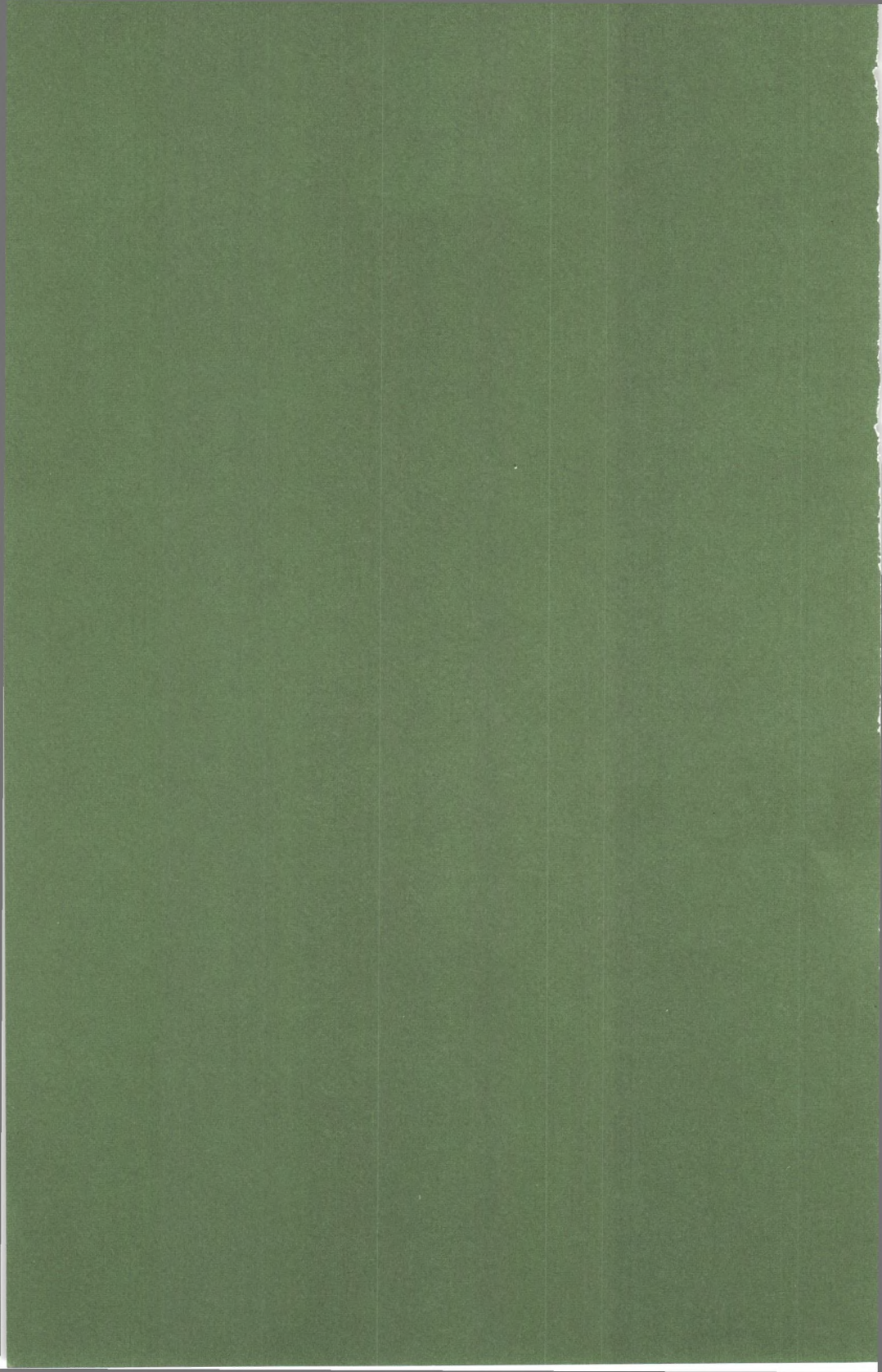


Samuel Pinheiro Guimarães

Oliveiros Ferreira

Amado Cervo

6 de março



O Brasil diante do Mundo

Oliveiros Ferreira

Haec est hora vestra et potestas tenebrarum. Com estas palavras sombrias, o condestável do Estado Novo, General Góes Monteiro, terminava a carta que dirigiu ao Dr. Sobral Pinto, em 1946, depois de traçar um quadro dramático do Brasil que a ditadura Vargas entregava à nascente democracia. Nunca deixei de ter essas palavras como que inscritas nas paredes de meu claustro universitário, ou naquele que supunha menos augusto, mas que é igualmente pequeno e severo, o da Imprensa. Elas serão, assim, o guia deste artigo.

O mesmo General Góes Monteiro dizia também que as Forças Armadas são instrumento de uma política externa. Ao que se poderia indagar: será possível haver política externa, vale dizer, inserir o País com autonomia no mundo contemporâneo, se, nos círculos decisórios e mesmo naquele estrato social que se poderia chamar de elite do poder, se aceita como fato, ainda que dando ares de querer contradizer, a afirmação de que “O Brasil é um país fraco e desarmado”? Assim afirmava Afonso Arinos de Mello Franco, e isso

Oliveiros Ferreira é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Jornalista com quase 50 anos de experiência é ex-diretor do Estado de S. Paulo. Analista de política internacional, intelectual empenhado na elaboração de uma polêmica teoria da política, autor de vários livros como *Os 45 cavaleiros húngaros*, dedicado à análise do pensamento de Antonio Gramsci. Seu novo livro é sobre a política externa nacional.

se transcreve pelo menos duas vezes no esplêndido livro que Afonso Arinos Filho acaba de publicar. Ou é possível haver uma política externa sendo aceita aquela outra afirmação: “O Brasil é fraco na guerra e forte na paz”, também proferida pelo mesmo chanceler que, ao juízo da maioria dos comentaristas, foi o primeiro a pôr em prática a “Diplomacia independente” que dá título ao livro citado e nos faz lembrar uma afirmação de Rosa Luxemburgo, que nos animou tantos sonhos de juventude: “a vitória do socialismo é fruto de suas constantes derrotas”.

Na realidade, Afonso Arinos apenas traduzia o que era e ainda é a idéia de que a elite de poder, para não dizer o escol culto em geral, faz da inserção do Brasil no cenário internacional. Quando Gouveia de Bulhões e Roberto Campos procuravam encontrar os caminhos que permitiriam ao Marechal Castelo Branco entregar a seu sucessor um governo com as finanças relativamente saneadas, era comum ouvir-se dizer, entre aqueles que viam o salto qualitativo que o Brasil tinha dado poucos anos antes, que os dois ministros não acreditavam no Brasil. Ao indagar sobre quais rumos tomaria o País, poderia contrapor à política de Bulhões e Campos, que não cabe analisar agora, o orgulho nacionalista de Antônio Maurício da Rocha – e nacionalista porque mineiro, dizia ele – que atirava aos nossos olhos a realidade da Usiminas. A Usiminas, segundo ele, podia fazer, ela sozinha, uma siderúrgica de igual porte.

Nesses dois exemplos, temos as duas grandes trincheiras nas quais o Brasil de hoje combate, quando está em jogo o seu papel no mundo. Essa idéia de que o Brasil tem condições de fazer-se ouvir de maneira autônoma no cenário internacional, malgradas as deficiências de sua infra-estrutura e os vícios que os mais cépticos não deixam de apontar em nossa estrutura social, essa idéia, parece-me, custa a furar a viseira que impede aqueles que nos governam

de ver o mundo da perspectiva que essa crença determina. Não seria correto dizer que a couraça serve de antolhos apenas ao atual governo; o rigor intelectual obriga a dizer que praticamente todo o escol civil – uma elite que nos dirigiu e hoje nos governa – vê o Brasil de uma perspectiva imposta por uma couraça ou como se estivessem vivendo na caverna de que nos falava Platão, em *A República*. É como se pautassem a conduta da política externa pelas sombras que podem lobrigar de onde estão, irremediavelmente, amarrados ao que se chamou de “pensamento único”.

Se fiz a ressalva de que não se pode dizer que apenas o atual governo vive nas sombras, não é porque nele tenha amigos feitos na convivência universitária; é porque, infelizmente, para desgraça de quantos sonham com a Pátria Grande, quase sempre temos vivido nas sombras e parece ser este o nosso destino. E é ainda mais difícil de discernir, pois, às forças profundas que imobilizam os Estados sem projeto nacional, junta-se, agora, a desnaturação da História. O ataque, que um pensador chamaria de “anarquista” porque destrói a Ordem, é simbolizado pelo aviltamento da personalidade daquele que fundou um Império e outorgou ao País uma Constituição que permitiu paz interior durante 50 anos. E que, talvez por preciosismo de político autoritário travestido de liberal, fez questão de iniciar sua Constituição, outorgada como disse, por estas palavras que a República, em nenhuma de suas cartas constitucionais, teve o cuidado de preservar: “Artigo 1^a – O Império do Brasil é a associação Política de todos os Cidadãos brasileiros”.

Não vem de hoje essa postura que critico; também não é de ontem que se considera o Brasil um país fraco e desarmado. É de trasantontem. Gigante pela própria natureza, o Brasil, desde o Tratado de 1827 com a Grã-Bretanha, repete o Mito de Prometeu – e, possivelmente, seja liberdade poética lembrar que a águia, que

lhe devora o fígado, é, também, num escudo nacional, o símbolo do poder dos que fizeram uma “associação Política de Cidadãos” pela força das idéias e das armas.

Não devemos, na imagem, fixarmo-nos apenas no Prometeu agrilhoadado. Porque, afinal, ele deu o fogo aos homens e, ao furtá-lo dos deuses, permitiu que os desbravadores dos sertões, os predadores de índios e os catadores de ouro e esmeraldas se sentissem criadores de um novo mundo. E o foram. E, ao dominar este novo mundo, criaram as condições para que a Economia encontrasse, na imensidão do Espaço, onde se desenvolver desde que o Governo – este usurpador do Soberano – soubesse agir de acordo com a racionalidade que o Estado impunha e soubesse ocupar o Espaço e torná-lo vivo. Desgraçadamente, a visão de frei Vicente do Salvador traduzia a realidade, não a de Prometeu atado à rocha, mas a de tantos homens que não fizeram jus ao fogo sagrado, presos ao litoral, admirando o último livro louvado em França, as doutrinas econômicas *à la page* – mas não as alemãs de Friedrich List –, os debates em Westminster e as decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos da América do Norte.

Foi assim que o Brasil se inseriu no mundo. Se insisto em não dizer no “de hoje” é porque o “de trasantontem” tem muito de parecido com o de hoje, sendo mais castrador em alguns aspectos, mais solto, mais liberal em outros. Então, como agora, uma potência dominava os mares e impunha um padrão monetário ao mundo; uma potência – então, como agora – fazia de seu progresso tecnológico e de sua moeda o símile de Mamona, o deus fenício da cobiça, a quem era lícito e de bom tom adorar; uma potência – então, como agora – fazia dos países menos desenvolvidos ou de fato subdesenvolvidos o meio social e econômico onde acumular riqueza. Há uma diferença, entretanto, que convém anotar: a potência de então era mais generosa que a de agora, na medida em

que dividia a palma, de bom grado, na filosofia e na literatura, com a França e a Alemanha. Foi nesse quadro que o Brasil se inseriu, quase esquecido do desafio do Espaço e de que tinha dez vizinhos a rodeá-lo, sobretudo ao Sul e Sudoeste, e de que uma águia, ao Norte, estava pronta a levantar vôo quando seus interesses assim o ditassem.

No escol civil, a vizinhança incomodava – não porque ela representasse perigo para o Estado, mas porque fazia o Brasil correr o risco de ser visto como o parente maior da mazorca que caracterizava, naquele então, quase todos os vizinhos. Euclides da Cunha foi quem mais bem traduziu o sentimento de superioridade com relação a esses vizinhos, ao mesmo tempo em que o desejo de ser reconhecido pelos Estados Unidos como sendo diferente deles. Numa página pouco comentada, escrevendo sobre a pretendida solidariedade sul-americana, ele reclamava que a política exterior brasileira fosse de distanciamento das republicolas e dos caudilhos, única maneira de não sermos confundidos, pelos Estados Unidos, com eles. Seu protesto contra a solidariedade que alguns reclamavam vai mais longe; para Euclides, um exemplo havia de ser seguido pelo país se pretendesse o respeito nos foros internacionais: os Estados Unidos de Theodore Roosevelt, cuja política exigia jogadas duras como se estivéssemos num campo de futebol, mas era a política de uma potência. Talvez pela primeira vez, na elite civil ilustrada, alguém tenha levantado a voz para lembrar que do Norte vinha a lição que era preciso aprender e praticar: política internacional é política de poder. A isso imediatamente acrescentaria: para que um Estado desenvolva uma política de poder, é necessário que haja, no grupo que constitui o que chamaríamos, como Hermann Heller, de “núcleo de poder no Estado”, a clara consciência de que o Estado que não realiza uma política de poder para defender seus interesses e suas fronteiras está condenado a desaparecer do prosclênio.

Se era fácil imaginar alterar a imagem da caudilhagem e da mazorca, substituindo-a pela ação dos sobas estaduais que aderiam de bom grado à política dos governadores de Campos Salles, e se era possível pretender dar a impressão de que o Brasil não era uma republicola, pois pagava em dia seus compromissos externos, era, no entanto, extremamente difícil vencer, por um lado, a sedução que os Estados Unidos exerciam sobre muitos e, por outro lado, o receio de ilustres membros do escol civil dos governos do Império e da República de que, ao Sul, houvesse quem alimentasse, com ou sem justas razões políticas e geopolíticas, a idéia de reconstituir o Vice-Reinado do Prata. A “síndrome do Vice-Reinado”, se assim a podemos chamar, marcou a política brasileira até o governo do General João Batista Figueiredo. Permeando a visão internacional das elites civis, que tinham enraizada a certeza de que o Brasil era fraco e desarmado, fraco na guerra e forte na paz, foi essa síndrome que, depois da Segunda Guerra Mundial, fez que se pensasse os Estados Unidos, já admirados pela *power politics* que realizavam nas Antilhas, como o garantidor do *status quo* territorial na América do Sul com todas as conseqüências que essa aspiração podia ter – especialmente quando na Casa Rosada, longe de se ver Mittre ou Sarmiento, pontificava a figura de Juan Domingo Perón, e, no Catete, Vargas continuava sendo a esfinge que sempre foi, cujo segredo ninguém conseguiu decifrar.

As negociações do Mercosul levaram setores do escol civil, especialmente no meio industrial, a reclamar de seu alijamento das primeiras negociações e da conclusão de alguns acordos. A grande negociação foi, simplesmente, mais uma prova de que a política externa era um assunto de Estado, de que ela era feita pelo Estado por intermédio de Governos que se sucediam. Se assim foi, e ainda é, mesmo quando, assumindo posições e funções que

lhes deixam alguma margem de liberdade, os diplomatas se encarregam de sugerir novos rumos para a política externa – o Ministro sempre dela teve o máximo possível, consentida pelo Presidente da República – não podemos deixar de pensar, por um instante que seja, em como integrantes de órgãos do Estado formulavam uma linha para a política exterior brasileira quase ao mesmo tempo em que, no escol civil, pretendia-se que os Estados Unidos sustentassem o Brasil contra as pretensões hegemônicas argentinas. É na corporação militar que se encontrava proposição distinta.

Se Euclides prega o esplêndido isolamento e a realização de uma política de poder como a do primeiro Roosevelt; se no escol civil se têm os Estados Unidos como garantia de que o *status quo* territorial será mantido e Perón não realizará o sonho rosista do Vice-Reinado do Prata, há, na corporação militar, quem proponha uma política que, mais tarde, será considerada “independente” ou “terceiro-mundista”. Para o autor das linhas que se lerão abaixo, o Brasil ainda é forte na paz, mas sua fortaleza está a serviço de uma política de grandeza:

(...) no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz prenunciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial (...) A geopolítica que vimos de esboçar (...) pode bem caracterizar-se como (...) geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além mar (...) ao mesmo tempo de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura.

Ao que se poderia acrescentar:

(...) nos dias de hoje e em face de um planeta tumultuado ainda mais pela miséria e pela fome do que por ambições expansionistas ou de domínio que, aliás, existem de fato e não são, de forma alguma,

nem desprezíveis nem remotas, [o Brasil não poderá] negar-se ao papel que lhe cabe no concerto das nações em prol da redenção de toda essa periferia econômico-social de que ainda participa, e que se estende, tragicamente, desde os contrafortes andinos, através da África toda, do Oriente Médio, da península indiana e do Sudeste asiático, até os confins do mundo indonésio. E cumpre-lhe ainda, no âmbito mais circunscrito da América Latina, e, em particular, da América do Sul, estreitar os laços de cooperação internacional, participando, ativa e generosamente, da solução dos graves problemas com que se defrontam os povos das diversas áreas (...) de que participamos, em todas, com amplas parcelas de nosso território e significativo contingente humano.

São palavras de 1957 ou 1958, tornadas públicas em 1967. Seu autor, o então coronel Golbery do Couto e Silva.

Essas três posturas – a do isolamento euclidiano, a da síndrome do Vice-reinado e a da geopolítica de fato do Estado nacional – integram o cabedal intelectual e são as proposições que encontramos para orientar uma política externa. O que é importante ressaltar, percorrido esse caminho, é que não é de hoje o “pensamento único”, nem a dificuldade das escolhas, nem a subordinação a que nos reduz a fragilidade das contas externas e a adesão dir-se-ia visceral ao sentido profundo da frase triste, embora, assim, não a tenha visto quem a proferiu, com que iniciamos esta jornada de reconstituição do passado: o Brasil é fraco e desarmado, fraco na guerra e forte na paz. Apenas em dois momentos da história encontra-se a tentativa de romper o círculo vicioso em que a fragilidade das contas externas (que torna o País dependente, queira ou não, da opção racional ou não, de quem faz da vida das Nações uma constante aposta no Mercado) condena a política externa e guia as políticas internas que deveriam eliminar todos os fatores que envergonhariam, uma vez mais, Euclides. E é forçoso reconhecer, por tristes que sejam as

lembranças que esses momentos nos trazem, que as tentativas de romper o círculo foram feitas nos períodos em que o Estado de fato se descolou da sociedade e impôs, pela força, as decisões dos governos a todos os cidadãos, que de fato não eram cidadãos, eram apenas súditos. Quero me referir ao Estado Novo e ao período que a rigor se inicia em 1965 com a edição do Ato Institucional nº 2.

No período do Estado Novo, o esforço foi feito para armar o Exército, comprando, primeiro, a fábrica na Alemanha (apresada pela Marinha inglesa), negociando a construção de Volta Redonda, depois. No período 65/79, o esforço concentrou-se, primeiro, no realinhamento das contas do setor externo e, depois, com todos os erros que nele queiramos encontrar, no programa nuclear, basicamente naquele que a Marinha desenvolve em Iperó. Mas, sobretudo, na firmeza com que sustentamos, até recentemente, que o Tratado de Não-Proliferação Nuclear reduzia a soberania brasileira e dividia o mundo em dois tipos de Estados: os “responsáveis”, que possuíam armas atômicas até antes de 1968, e os que pretendiam ter esse artefato (que pouco acrescenta a qualquer exército) e que, se o incorporassem ao arsenal bélico, seriam considerados “irresponsáveis”. Queiramos ou não, quando o Estado se descola da sociedade, a tentativa de afirmar a missão de liderança, que o Coronel Golbery atribuía ao Brasil, passa por uma diferente inserção no mundo, conseguida graças a Forças Armadas que são, como dizia o General Góes Monteiro, instrumento da política externa.

Deve ser destacado, portanto, que, desde o início de nossos tempos, nos inserimos no cenário diplomático mundial em condição subordinada, embora fôssemos, como somos, a primeira potência da América do Sul e tenhamos feito por afirmar e garantir essa posição. No plano internacional mais vasto, não é nossa posição geográfica que determina essa subordinação. Os Estados Unidos,

igualmente afastados do cenário mundial até 1917, são a prova de que não é a posição geográfica o que define o *status* de uma Nação, mas a vontade de suas elites civis de fazerem dela um protagonista entre os atores principais. Diria que, se ainda temos uma posição subordinada – mascarada que seja pelo fato de estarmos sentando à mesa em que muitos discutem muito para fazer de conta que decidem o que poucos já decidiram, dispondo-se a conceder em pontos sem qualquer importância –, é porque as elites que nos dirigem, elites civis e militares desta vez, parecem conformar-se com o fato de o País ser fraco e desarmado. Desarmado, sim, ele é, porque desde a Guerra da Cisplatina repugna aos cidadãos o serviço das armas, sem o qual, no entanto, não há Estado que garanta sua integridade. Fraco, porém, não.

Objetivamente falando, devemos ser a décima ou undécima economia do mundo. A fraqueza não reside no PIB, mas na fragilidade das contas externas e na impossibilidade em que nos encontramos de contar para nós mesmos a anedota que corria sobre San Martin e a abertura das alfândegas em 1810, quando o patriarca perguntava aos livre-cambistas da época se não seria possível sentar-se em cabeças de boi ao invés de em cadeiras austríacas.

A frase de Afonso Arinos define, com precisão, a situação do Brasil de hoje. Mas deve ser qualificada, sob pena de não chegarmos ao final desta década podendo insistir na expectativa de gozar todas as delícias que a civilização do Real nos prometia. Como qualificá-la? Somos fracos porque não conseguimos, nem por safas nem por “naftas”, resolver o problema da fragilidade das contas externas. Somos fracos porque somos desarmados e porque, como Euclides, desprezamos os caudilhos e as republicolas, ainda que nos tenhamos associado a alguns deles e pretendamos a associação com todos. É por sermos euclidianos que não somos capazes de compreender que

as transformações ocorridas depois de 1991 não mudaram o mundo de *fond en comble*. Pelo contrário, ainda há oportunidades para quem queira que sua voz não se confunda com o coaxar dos sapos e insista em afirmar-se no cenário internacional. Basta a vontade de resolver, à custa do sacrifício que não será maior do que aquele que sofremos hoje, o problema das contas externas. Basta a vontade política de encontrar, no cenário diplomático, quem esteja disposto a não se deixar intimidar pela guerra nas estrelas. Sobretudo, basta que se traduza, em vontade e ação políticas, o cabedal acumulado do Espaço, que Prometeu nos proporcionou – espaço tanto maior quanto mais as fronteiras se esfumam e o Vice-Reinado do Prata está em condições de ser ampliado e realizado sob a liderança do Brasil. Basta, sobretudo, saber que sou, na fronteira Norte, podendo também voltar a permear as fronteiras Sul e Sudoeste, a hora da potência das trevas.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy